



PREGÃO ELETRÔNICO

30/2026

CONTRATANTE

Prefeitura M. de Juranda – Secretaria de Turismo e Cultura

UASG 988463

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RODEIO COUNTRY, INCLUINDO MONTARIAS EM TOUROS, CAVALOS E CARNEIROS, FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS, ANIMAIS, EQUIPE TÉCNICA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TRANSMISSÃO, PREMIAÇÕES, SERVIÇOS MÉDICOS E DEMAIS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA EXPOJUR NOS DIAS 17 A 19 DE JULHO DE 2026

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 407.000,00 (quatrocentos e sete mil reais.).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA –24/06/2026

INÍCIO DA DISPUTA: 09H00MIN

TIPO DE LANCE: MENOR LANCE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DE ABERTURA: www.comprasnet.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

AMPLA CONCORRÊNCIA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

Processo Administrativo nº 81/2026

Torna-se público que a Prefeitura M. de Juranda-PR com sede na Praça H. Zafermann, 139, CEP 87355-000, na cidade de Juranda – PR na realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), [Decreto Municipal 3046/2025](#) e demais legislações aplicáveis, em especial as Regulamentações eventualmente expedidas por esta Entidade das legislações supracitadas e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Forma da seleção: Menor preço GLOBAL.

Local do certame: www.comprasnet.gov.br

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RODEIO COUNTRY, INCLUINDO MONTARIAS EM TOUROS, CAVALOS E CARNEIROS, FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS, ANIMAIS, EQUIPE TÉCNICA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TRANSMISSÃO, PREMIAÇÕES, SERVIÇOS MÉDICOS E DEMAIS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA EXPOJUR NOS DIAS 17 A 19 DE JULHO DE 2026** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em único item.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pelos pagamentos devidos em razão da contratação objeto da presente licitação, responderão os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 7 - [SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA]		
Unidade: 3 - [DEPARTAMENTO DE TURISMO]		
Tipo Ação: Atividade - Ação: 2068 - Funcional: 0023.0695.0021 - [RELIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE JURANDA - EXPOJUR]		
Elemento: 33390390000000000000 - [Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica]		
Referência Dotação	Vínculo	Descrição do Vínculo
309	0	Recursos Ordinários (Livres)

2.2. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que atendidas todas as condições contratuais e concluída a regular liquidação da despesa.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação nesta licitação é destinada à ampla concorrência.

3.6. O referido objeto a ser licitado, nos moldes do Inc. III, Art. 49 da Lei 123/06, é prejudicial ao município visto a complexidade do objeto. Assim, a alta complexidade do objeto devido aos requisitos mínimos que a empresa deverá fornecer, conforme planilha 01 do termo de referência, sendo: Rodeio COUNTRY shows pirotécnicos, locutor de renome, brigadista, arquibancadas e camarotes em estruturas metálicas, premiação, e dentre outros, não terá o benefício para as Me/Epp.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na



licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação **sucedará as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos **itens 8.1.1 e 8.12.1** deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, considerando o valor global.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. No preço proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o desconto inicial de 0,00%

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.9.1. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do desconto consignado no registro.

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no **item 6.12**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



6.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5. O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **03 (tres) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.6. É facultado ao(à) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.1.3. Consulta aos Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>); e

7.1.4. Cadastro de licitantes inidôneos do Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:107936245203667:::P3_TIPO:CPF).

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens** [Errata](#) e [Fonte de referência não encontrada. e 4.6](#) deste edital.



7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.6.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.7. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o [item 7.8](#), só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários,



seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos **previstos no Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021**.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por autenticados digitalmente.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que disponibilizará que a Equipe da Saúde Municipal, realize a vistoria do estabelecimento para atestar as condições de realização do serviço.

8.9.1. A Vistoria pela Equipe da saúde dar-se-á mediante agendamento, e a mesma equipe realizará um laudo atestando se a licitante atende ou não os requisitos do termo de referência.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **03 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a).

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do [art. 64 da Lei Federal 14.133/21](#).

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 8.12.1**.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1.1. A presente licitação não terá cadastro reserva.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

10.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **COMPRASGOV.BR**.

11.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.



11.2. Com fulcro na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1.** advertência;
- 11.2.2.** multa;
- 11.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. [156, § 5º da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 11.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



11.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. As infrações administrativas praticadas pelos licitantes durante o procedimento licitatório, bem como os critérios de dosimetria das penalidades, observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3093/2026, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

11.16. A aplicação das sanções observará a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a vantagem auferida pelo infrator, a reincidência e os demais critérios estabelecidos na legislação vigente e no regulamento municipal aplicável.

12. DO CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira do município devendo ser informado ainda no preenchimento da proposta.

12.4. Se o adjudicatário se recusar a cumprir o prazo de entrega contido na ordem de fornecimento poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5. A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.



13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: comprasnet.gov.br / email: pregoeira@juranda.pr.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, com número de CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa;

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.juranda.antende.net

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo Padrão de Proposta
Anexo III	Modelo da Minuta do Contrato
Anexo IV	Declaração Unificada



14.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o desta cidade de Ubatatã/Pr.

Juranda.PR 08 de junho de 2026.

Magali Rose dos Santos
Secretária M. de Turismo e Cultura



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREAMBULO

Modalidade: **Pregão Eletrônico**.

Justificativa da Modalidade:

A adoção da modalidade de **Pregão Eletrônico** decorre do fato de que o objeto da contratação se caracteriza como **serviço comum**, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser definidos de forma objetiva neste Termo de Referência e no Edital, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

A utilização da forma eletrônica amplia a competitividade, possibilita a participação de empresas localizadas em diferentes regiões, assegura maior transparência ao processo, além de atender à determinação legal prevista no art. 17, §2º, da referida Lei.

Ademais, o Pregão Eletrônico promove maior economicidade, celeridade e eficiência na contratação, garantindo igualdade de condições entre os licitantes e mitigando riscos de direcionamento, ao mesmo tempo em que reforça a lisura e a publicidade do certame.

Da Justificativa Do Pregão Eletrônico

I – A adoção da modalidade **Pregão Eletrônico** encontra respaldo no disposto no art. 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de utilização desta forma para a aquisição de bens e serviços comuns, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei. A escolha do formato eletrônico atende ao princípio da eficiência administrativa, garantindo maior celeridade, isonomia e economicidade ao processo licitatório.

II – O Decreto Municipal nº 3046/2026, que regulamenta os procedimentos licitatórios no âmbito do Município de Juranda/PR, prevê a utilização preferencial do pregão em sua modalidade eletrônica, alinhando a gestão pública municipal às boas práticas de governança, transparência e controle social, em conformidade com a legislação federal.

III – A modalidade eletrônica permite a ampliação da competitividade, possibilitando a participação de empresas de diferentes regiões, o que resulta em propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Tal formato reduz barreiras geográficas, incentiva a ampla concorrência e mitiga riscos de direcionamento ou restrição de mercado, em consonância com os princípios da isonomia, impessoalidade e publicidade.

IV – A condução do pregão em ambiente eletrônico favorece a rastreabilidade e auditabilidade dos atos administrativos, uma vez que todas as fases do certame ficam registradas em meio digital, ampliando a transparência e assegurando maior controle interno e externo. Essa característica garante maior segurança jurídica, além de possibilitar o acompanhamento pelos órgãos de controle e pela sociedade em geral.

V – A utilização do pregão eletrônico contribui ainda para a modernização da gestão pública, reduzindo custos operacionais, eliminando deslocamentos desnecessários de licitantes e promovendo maior celeridade na tramitação processual. Trata-se, portanto, da modalidade mais adequada ao presente caso, compatível com a natureza do objeto, classificado como serviço comum, conforme definido neste Termo de Referência.

Justificativa adequada para a característica de “bem comum”: Os Objetos descritos neste Termo de Referência são classificados como bem comum em atendimento ao disposto no Decreto n.º 3036/2026, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado. Desta forma, consideramos a modalidade



de pregão como sendo a mais adequada ao presente caso, tendo em vista a baixa complexidade na elaboração e condução do processo licitatório.

1. DENIFICAÇÃO DO OBJETO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

O objeto deste Termo de Referência consiste na seleção e **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RODEIO COUNTRY, INCLUINDO MONTARIAS EM TOUROS, CAVALOS E CARNEIROS, FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS, ANIMAIS, EQUIPE TÉCNICA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TRANSMISSÃO, PREMIAÇÕES, SERVIÇOS MÉDICOS E DEMAIS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA EXPOJUR.**

Planilha 01 – Descrição detalhada dos itens.

Lote único para os 03 dias de festa – 17 a 19 de julho de 2026					
ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO DA AÇÃO SHOW DE PEÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CONJ	01	01 ARQUIBANCADA COBERTA – TIPO A (GRANDE PORTE) Dimensões: 45,00 metros lineares. Capacidade/Configuração: 09 (nove) degraus de assento + 01 (uma) passarela de circulação. Estrutura: Metálica tubular em aço, sistema de encaixe e acoplamento (tipo andaime soldado) com alta resistência mecânica. Piso/Assento: Estrutura de ferro revestida com compensado naval antiderrapante, com largura mínima de 0,70m por degrau. Segurança: Espaçamento de espelho (vão vertical) de no máximo 15cm; quebra-degraus com altura de 15cm. Cobertura: Sistema de tendas tipo "Chapéu de Bruxa", com fechamento lateral (envelopamento) e lona com tratamento antichama. 01 ARQUIBANCADA COBERTA – TIPO B (MÉDIO PORTE) Dimensões: 45,00 metros lineares.	R\$ 100.000,00	R\$ 407.000,00



			<p>Capacidade/Configuração: 06 (seis) degraus de assento.</p> <p>Estrutura: Metálica tubular em aço, sistema de encaixe e acoplamento.</p> <p>Piso/Assento: Estrutura de ferro revestida com compensado naval antiderrapante, com largura de 0,70m por degrau.</p> <p>Segurança: Espaçamento de espelho de no máximo 15cm; quebra-degraus com 15cm de altura.</p> <p>Cobertura: Sistema de tendas tipo "Chapéu de Bruxa", com fechamento lateral (envelopamento) e lona antichama.</p> <p>01 MÓDULOS DE CAMAROTES DUPLOS (BI-LEVEL)</p> <p>Quantidade: 24 (vinte e quatro) módulos.</p> <p>Configuração: Estrutura de 03 (TRES) andares (pavimento térreo + pavimentoS superiores).</p> <p>Dimensões por Módulo: 2,20m x 3,30m.</p> <p>Estrutura: Metálica tubular em aço (andaimes soldados/acoplados).</p> <p>Piso: Assoalho em estrutura de ferro revestido com compensado naval antiderrapante em ambos os níveis.</p> <p>Cobertura e Acabamento: Cobertura individual superior tipo piramidal (Chapéu de Bruxa) em lona antichama e envelopamento total das laterais e fundo.</p> <p>Montagem e Segurança: A contratada deverá fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada por engenheiro civil ou mecânico, abrangendo o projeto, a montagem e a desmontagem de todas as estruturas.</p>		
--	--	--	---	--	--



			Prevenção de Incêndio: Todas as lonas devem possuir certificado de tratamento ignífugo (antichama) válido.		
02	CONJ	01	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MINIMAS: METRAGEM 25X45, COM 10 BRETES, 06 PORTEIRAS DE FRENTE, 08 CURRAIS, 01 MANGUEIRA DE RETORNO E UM EMBARCADOR;	R\$ 35.000,00	
03	CONJ	01/ PARA OS 03 DIAS DO EVENTO	SOM, ILUMINAÇÃO SHOW DE ARENA, TRANSMISSÃO AO VIVO, CANHÃO SEGUIDOR - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL P.A DE SOM SISTEMA TAIGER 12 LINE NEO 210244 – 12 SUBS LS ÁUDIO, COM ESTÚDIO DE ÁUDIO CLIMATIZADO COM 4 MICROFONES SHURE ULX, MONITORES DE ÁUDIO PARA OS DJS DOS LOCUTORES E COMENTARISTA TÉCNICOS, MAIS MESA DE ÁUDIO DE 24 CANAIS OU MAIS ANALÓGICO OU DIGITAL, EQUALIZADORES, COMPRESSORES, E PROCESSADORES DE ÁUDIO DE PROFISSIONAL DE MARCAS RECONHECIDAS E CONSAGRADAS NO MERCADO; STUDIO CLIMATIZADO DE FILMAGEM E TRANSMISSÃO EM FULL HD, COM A DISPOSIÇÃO DE TECNOLOGIAS COMO OBS, VEMIX, MÚLTIPLOS REPLAY RODEIO DIGITAL CLASSIFICATÓRIO, TRANSMISSÃO AO VIVO VIA INTERNET, COM ENTREGA DO CONTEÚDO AO TÉRMINO DO RODEIO, MONITOR DE VÍDEO PARA O COMENTARISTA TÉCNICO, CÂMERAS DE BRETES, ARENA, COMENTARISTA TÉCNICO, CÂMERAS ROBÓTICAS E SEM FIO; ILUMINAÇÃO DE ARENA, COM 16 TORRES DE ALUMÍNIO Q30 DE 6M CADA DE ALTURA COM 16 MOVING BEEM 200 E 16 ATOMIC DE LED COM	R\$ 30.000,00	



			FITA 16 PAR LED 18 X 18 WTS, CANHÃO SEGUIDOR E MÁQUINA DE FUMAÇA;		
04	CONJ	01	<p>(PAINÉS DE LED 48M DE PAINÉIS COM RESOLUÇÃO P3 MONTADOS NO FORMATO DE UM CUBO COM 4 FACES MEDINDO 4x3 CADA LADO EM ALUMÍNIO Q30, PRONTO PARA SER IÇADO POR CAMINHÃO GUINCHO 50 A 70 TONELADAS) INCLUINDO A LOCAÇÃO DO CAMINHÃO QUE DEVERÁ LANÇAR A NO MINIMO 30 METROS, IÇANDO ATÉ 3 TONELADAS</p> <p>1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PAINEL:</p> <ul style="list-style-type: none">• Configuração: Conjunto de painéis de LED totalizando 48m² (conforme dimensões de face), montados em formato de Cubo com 04 (quatro) faces.• Dimensões por Face: 4,00m (largura) x 3,00m (altura).• Resolução: Tecnologia P3 (pixel pitch de 3mm) ou superior, própria para visualização externa (outdoor), com alto brilho e taxa de atualização compatível com captação de imagem. <p>2. ESTRUTURA E MONTAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none">• Suporte: Estrutura box truss em alumínio Q30, com travamentos reforçados para garantir a geometria cúbica e integridade dos módulos durante a movimentação.• Içamento: A estrutura deverá possuir pontos de ancoragem (olhais) dimensionados para suportar o peso total do conjunto (estimado em 3 toneladas) com coeficiente de segurança adequado. <p>3. SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E IÇAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none">• Equipamento: Locação de caminhão guindaste (tipo munck ou guindaste telescópico) com capacidade nominal de 25 a 30 toneladas.• Alcance Operacional: O equipamento deve possuir lança com alcance (raio de operação) de no mínimo 30 metros.	R\$ 45.000,00	



			<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de Carga em Ponta: O guindaste deve, obrigatoriamente, sustentar a carga de 3 toneladas na distância máxima de lançamento prevista no projeto. <p>4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:</p> <ul style="list-style-type: none">• Fornecimento de toda a fiação, cabos de sinal e processadores de vídeo.• Disponibilização de operador qualificado para o caminhão guindaste.• Apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de montagem e içamento.• Seguro de responsabilidade civil para a operação, considerando o risco de içamento em área pública/eventos.		
05	CONJ	01	BOIADA PARA 15 MONTARIAS EM TOUROS DEVIDAMENTE VACINADOS E LIBERADOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES; PREMIAÇÃO NO MÍNIMO DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) PARA OS CINCO PRIMEIROS COLOCADOS NA MONTARIA EM TOUROS; SENDO 1º PRÊMIO 6.000,00 SEGUNDO 5.000,00 TERCEIRO 4.000,00 E QUARTO 3.000,00 E QUINTO 2.000,00	R\$ 40.000,00	
06	CONJ	01	CAVALOS PARA 15 MONTARIAS EM COM - CAVALOS PARA MONTARIAS DEVIDAMENTE VACINADOS E LIBERADOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES; PREMIAÇÃO NO MÍNIMO DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS) PARA OS CINCO PRIMEIROS COLOCADOS NA MONTARIA EM TOUROS; SENDO 1º PRÊMIO 5.000,00 SEGUNDO 4.000,00 TERCEIRO 3.000,00 E QUARTO 2.000,00 E QUINTO 1.000,00	R\$ 20.000,00	
07	CONJ	01	CARNEIROS COM 10 MONTARIAS - CARNEIROS PARA MONTARIAS DEVIDAMENTE VACINADOS E LIBERADOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES; PREMIAÇÃO DE MEDALHAS PARA	R\$ 15.000,00	



			TODOS OS PARTICIPANTES NA MONTARIA EM CARNEIROS;		
08	CONJ	01	<p>EQUIPE</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02 JUIZES DE RODEIO PROFISSIONAL (JUIZ DE BRETE E JUIZ DE ARENA) • 03 PORTEREIROS COM EXPERIÊNCIA PARA SOLTA DOS ANIMAIS DOS BRETES; • 01 PALHAÇO ANIMADOR; • 02 SALVA VIDAS PROFISSIONAIS DE RODEIO COM EXPERIÊNCIA EM RODEIO DE GRANDE PORTE; • 01 VETERINÁRIO RESPONSÁVEL PELOS ANIMAIS E A LIBERAÇÃO DO EVENTO; • 01 ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELAS ARTS E PROJETOS DAS ESTRUTURAS; INCLUIDO TODAS AS TAXAS EXISTENTES REFERENTE A ADAPAR , IMPOSTO FEDERAL, OS SEGURO PEÃO E SEGURO TRABALHISTA. • 01 RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS IN LOCO, NA QUAL IRÁ ESTAR EM CONTATO COM A COMISSÃO ORGANIZADORA TODOS OS MOMENTOS QUE SE FIZER NECESSARIA 	R\$ 40.000,00	
09	CONJ	01	CENÁRIO COMPLETO DE ABERTURA EM TODAS AS NOITES DO RODEIO COMPOSTO POR:, GLOBO OU PIRÂMIDE COM ESTÁTUAS DE IMAGENS DE SANTOS RAMPA, PÓDIO, MAQUINA DE FOGO, ETC...	R\$ 12.000,00	
10	CONJ	01	03 SHOW PIRO MUSICAL PARA OS TRÊS DIAS DO EVENTO; OBS: CARTEIRA DE BLASTER E AUTORIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS, SHOW PIROTÉCNICO DE FOGOS 03 CIRCUITOS DE ARENA PARA ENTRADA LOCUTOR; 03 CASCATAS DE 20 METROS; 03LEQUES 7 TUBOS DE 1.5 POLEGADAS; 03	R\$ 32.000,00	



			LEQUES 5 TUBOS DE 1.2 POLEGADAS; 03 TORTAS 25 TUBOS 3/4 CORES DIVERSAS;		
11	CONJ	01	<ul style="list-style-type: none"> • SEGURO DE VIDA E DE ACIDENTES PARA OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM COBERTURA DE MORTE ACIDENTAL R\$ 150.000,00 E DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES DE R\$ 10.000,00 POR PESSOA; • TAXAS TRABALHISTAS DA EQUIPE E PEÃO E DEMAIS IMPOSTOS QUE SE FIZER NECESSARIOS (FEDERAL E ADAPAR) • 02 FIVELAS PERSONALIZADAS (EXPOJUR)PARA OS CAMPEÕES • 30 CAMISAS PERSONALIZADAS (EXPOJUR) PARA OS COMPETIDORES; LOCAL ADEQUADO E PASTAGEM OU RAÇÃO PARA OS ANIMAIS (TOUROS) DURANTE O EVENTO; DESPESAS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS ESTRUTURAS, IMPOSTOS, LEIS SOCIAIS, TRABALHISTAS E TRANSPORTE; HOTEL E ALIMENTAÇÃO PARA EQUIPE CONTRATADA; 	R\$ 24.000,00	
12	CONJ	01	<ul style="list-style-type: none"> • AMBULÂNCIA, SENDO 01 UTI AVANÇADA CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS PARA URGENCIA E EMERGENCIA COM OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: MEDICO, ENFERMEIRA, MOTORISTA SOCORRISTA MOVEL E 01 AMBULANCIA BASICA(COM SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENFERMEIRA E MOTORISTA SOCORRISTA - BRIGADISTAS, , BLOCO ILUMINAÇÃO, LUZ EMERGÊNCIA, EXTINTORES, PLACAS SINALIZAÇÃO. 	R\$ 14.000,00	

O custo estimado dos serviços é de R\$ 407.000,00 (quatrocentos e sete mil reais.).



1.1. A presente contratação será realizada em lote único, considerando a natureza integrada e interdependente dos serviços, estruturas, equipamentos, animais, equipes técnicas e demais elementos necessários à execução do rodeio profissional durante a EXPOJUR.

1.2. Os serviços previstos possuem elevada correlação operacional, demandando planejamento, coordenação e execução conjunta, de forma que eventual parcelamento poderia ocasionar incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade entre fornecedores, dificuldades de gerenciamento contratual, aumento dos riscos operacionais e comprometimento da segurança dos competidores, trabalhadores e público participante.

1.3. Além disso, a centralização da execução em uma única contratada proporciona maior eficiência administrativa, melhor controle da execução contratual e adequada responsabilização quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.

1.4. Dessa forma, considerando os aspectos técnicos, operacionais e econômicos envolvidos, conclui-se que a adjudicação por lote único constitui a solução mais vantajosa para a Administração Municipal.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos da definição do Decreto Municipal 3036/2026.

1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, considerando que eles possuem uma ou mais características previstas na Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 3036/2026.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 04 meses contados do (a) a partir da publicação do extrato do termo contratual no órgão oficial do município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.8. PRAZO DE ENTREGA

1.8.1. O objeto deverá ser executado estritamente durante o período programado para a realização da EXPOJUR.

1.8.2. Todas as estruturas metálicas, arena, camarotes e sistemas de som/imagem deverão estar totalmente montados, testados, com as respectivas ARTs emitidas e liberados pelas vistorias de segurança regulamentares antes da abertura oficial do evento.

1.8.3. A desmontagem, desmobilização completa das estruturas e limpeza da área ocupada deverão ocorrer imediatamente após o encerramento das festividades.

1.9. GARANTIA

1.9.1. Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta adjudicada.

1.9.2. Fornece toda a infraestrutura de apoio, cabeamento, fiação, geradores (se necessários) e operadores habilitados para o perfeito funcionamento do som, iluminação e painel de LED.

1.9.3. Disponibilizar operador qualificado para a operação segura do caminhão guindaste.

1.9.4. Apresentar todas as licenças, taxas e guias vigentes perante a ADAPAR, órgãos de classe e seguros obrigatórios antes do início das montarias.

1.9.5. Fornecer Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais Coletivos para os profissionais envolvidos diretamente nas atividades de arena (competidores, salva-vidas, juízes e técnicos).

1.9.6. Responsabilizar-se por todas as despesas de passagens, hospedagem, transporte e alimentação de toda a sua equipe e corpo técnico envolvido.



1.9.7. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de segurança do trabalho decorrentes da execução do contrato.

1.9.8. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de viabilizar a realização das competições de rodeio durante a EXPOJUR – Exposição Feira de Juranda, tradicional evento promovido pelo Município de Juranda/PR, cuja finalidade é fomentar a cultura, o turismo, o lazer e o desenvolvimento econômico local.

A contratação tem por objetivo atender às demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura para a realização da EXPOJUR, mediante a prestação de serviços especializados de rodeio country, compreendendo o fornecimento de estruturas, equipamentos, animais, equipes técnicas, sistemas de sonorização, iluminação, transmissão, premiações, serviços de emergência e demais elementos necessários à execução integral das competições.

A realização do rodeio constitui uma das principais atrações da programação da EXPOJUR, possuindo relevante valor cultural e tradicional para a população local e regional. O evento promove a valorização das tradições ligadas ao meio rural, fortalece a identidade cultural do Município e proporciona momentos de lazer, entretenimento e integração social à comunidade.

Além do aspecto cultural, a realização do rodeio contribui significativamente para o desenvolvimento econômico do Município, estimulando diversos segmentos da economia local, especialmente os setores de comércio, alimentação, hospedagem, transporte e prestação de serviços, gerando emprego e renda de forma direta e indireta durante o período de realização do evento.

A contratação de empresa especializada mostra-se necessária em razão da complexidade operacional da atividade, que exige estrutura adequada, equipe técnica qualificada, profissionais habilitados, equipamentos específicos, atendimento às normas de segurança, legislação sanitária, exigências de bem-estar animal e demais requisitos técnicos indispensáveis para a realização do evento com segurança, qualidade e eficiência.

Diante da relevância cultural, social, turística e econômica da EXPOJUR para o Município de Juranda, a presente contratação revela-se necessária e adequada ao atendimento do interesse público, contribuindo para o fortalecimento do turismo de eventos, para a promoção institucional do Município e para a valorização das tradições locais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratada deverá executar integralmente o objeto em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, da proposta apresentada e da legislação aplicável.



3.2. Todos os serviços, estruturas, equipamentos, animais, profissionais e demais recursos necessários à realização do rodeio deverão ser fornecidos pela contratada, incluindo transporte, montagem, operação, manutenção, desmontagem, alimentação, hospedagem, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas inerentes à execução contratual.

3.3. As estruturas temporárias destinadas ao evento deverão possuir condições adequadas de segurança, estabilidade e resistência, observando as normas técnicas aplicáveis, devendo ser apresentadas as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs emitidas por profissional habilitado.

3.4. A contratada deverá disponibilizar profissional habilitado para acompanhamento técnico das estruturas, bem como médico veterinário responsável pelos animais durante todo o período de realização do evento.

3.5. Os animais utilizados nas competições deverão estar em perfeitas condições sanitárias, devidamente vacinados, identificados e acompanhados da documentação exigida pelos órgãos competentes, especialmente Guia de Trânsito Animal – GTA, atestados sanitários e demais documentos exigidos pela ADAPAR e demais órgãos fiscalizadores.

3.6. A execução das montarias deverá observar integralmente a legislação aplicável aos rodeios, especialmente a Lei Federal nº 10.519/2002, bem como as normas relacionadas à proteção e ao bem-estar animal.

3.7. A contratada deverá providenciar todas as licenças, autorizações, alvarás, taxas e documentos necessários à execução do objeto, inclusive aqueles exigidos pelos órgãos de fiscalização, segurança pública, Corpo de Bombeiros, ADAPAR e demais entidades competentes.

3.8. Os shows pirotécnicos deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, observando todas as normas de segurança aplicáveis, mediante apresentação das licenças, autorizações e documentos exigidos pelos órgãos competentes.

3.9. A contratada deverá disponibilizar durante todo o evento os serviços médicos, ambulâncias, brigadistas, equipamentos de emergência e demais estruturas de atendimento previstas neste Termo de Referência, observando a legislação sanitária vigente.

3.10. A contratada deverá fornecer seguro de vida e acidentes pessoais para os competidores e profissionais diretamente envolvidos nas atividades do rodeio, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

3.11. A contratada deverá permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração Municipal.

3.12. Eventuais irregularidades constatadas pela fiscalização deverão ser corrigidas imediatamente, sem ônus adicional para a Administração.

3.13. A contratada responderá integralmente pelos danos causados à Administração, aos participantes, aos trabalhadores e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão na execução do objeto.

3.14. Durante toda a execução contratual, a contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

3.15. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos pela Administração para montagem, execução, operação e desmontagem das estruturas e serviços contratados.

3.16. Os serviços deverão ser executados observando as normas de segurança do trabalho, acessibilidade, prevenção e combate a incêndio, proteção ambiental e demais exigências legais aplicáveis ao objeto.



3.17. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação integral do objeto da presente contratação.

Poderá ser admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias, complementares ou especializadas, desde que previamente autorizada pela Administração Municipal e que não comprometa a execução do objeto contratado.

A subcontratação não transfere à subcontratada qualquer relação jurídica com a Contratante, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do contrato, pela qualidade dos serviços prestados, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pela reparação de eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

Não poderão ser subcontratadas as atividades essenciais relacionadas à coordenação geral do evento, fornecimento dos animais, organização das competições, direção técnica do rodeio e demais atividades que caracterizam o núcleo principal do objeto contratado.

4. EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução do objeto compreenderá o fornecimento, transporte, montagem, operação, manutenção e desmontagem de todas as estruturas, equipamentos, animais, equipes técnicas e demais recursos necessários à realização do rodeio profissional durante a EXPOJUR, observadas as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.2. A contratada será responsável pela montagem integral das estruturas, incluindo arquibancadas, camarotes, arena, sistemas de sonorização, iluminação, painéis de LED, equipamentos de transmissão, sinalização, estruturas de apoio e demais instalações necessárias à realização do evento.

4.3. Todas as estruturas deverão estar integralmente montadas, testadas, vistoriadas e aptas para utilização antes da abertura oficial do evento, acompanhadas das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes.

4.4. Durante a realização do rodeio, a contratada deverá disponibilizar equipe técnica suficiente para operação dos equipamentos, coordenação das atividades, atendimento das competições, suporte operacional, manutenção corretiva e atendimento às ocorrências que eventualmente surgirem.

4.5. Os animais utilizados nas competições deverão possuir documentação sanitária regular, estar devidamente vacinados e ser acompanhados por médico veterinário habilitado durante todo o período do evento, observando-se as normas de bem-estar animal e a legislação aplicável.

4.6. A contratada deverá disponibilizar todos os profissionais previstos no objeto, incluindo juízes, salva-vidas, porteiros, veterinário, engenheiro responsável, equipe operacional e demais colaboradores necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades.

4.7. Os serviços de emergência deverão permanecer disponíveis durante toda a programação do rodeio, compreendendo ambulâncias, profissionais da saúde, brigadistas e equipamentos necessários ao pronto atendimento de participantes e público.

4.8. Os shows piromusicais deverão ser executados por profissionais habilitados e devidamente autorizados pelos órgãos competentes, observando rigorosamente as normas de segurança aplicáveis.



4.9. Ao término do evento, a contratada deverá realizar a desmontagem completa das estruturas, remoção dos equipamentos, retirada dos materiais utilizados e limpeza geral da área ocupada, restituindo o local em condições adequadas de uso.

4.10. Toda a execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes designados pela Administração Municipal, que poderão solicitar ajustes, correções ou adequações sempre que identificadas situações que comprometam a segurança, qualidade ou regularidade dos serviços prestados.

4.11. JUSTIFICATIVA DA EXECUÇÃO INTEGRADA DO OBJETO

A execução do objeto será realizada de forma integrada, considerando que os serviços, estruturas, equipamentos, animais, equipes técnicas e demais recursos necessários à realização do rodeio profissional constituem uma solução única e interdependente.

As atividades de montagem das arquibancadas, camarotes, arena, sistemas de sonorização, iluminação, painéis de LED, transmissão, fornecimento de animais, equipes técnicas, serviços de emergência, premiações e demais componentes do evento exigem planejamento, coordenação e execução simultânea, de forma que eventual segregação entre múltiplos fornecedores poderia comprometer a compatibilidade operacional, a segurança das instalações e a eficiência da execução contratual.

A centralização da responsabilidade em uma única contratada possibilita melhor gerenciamento das atividades, maior controle da qualidade dos serviços prestados, redução de riscos operacionais, definição clara das responsabilidades e maior eficiência na fiscalização pela Administração Pública.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto e a necessidade de perfeita integração entre todas as etapas de execução, conclui-se que a contratação e execução integrada da solução representam a alternativa mais adequada para atendimento do interesse público e para o pleno sucesso da EXPOJUR.

5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para



execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por agentes da Administração especialmente designados para este fim, pelos respectivos substitutos, nos termos dos tópicos abaixo:

5.7. Gestão do contrato:

5.7.1. O Gestor do contrato possuirá as seguintes atribuições, não obstante outras atividades adicionais descritas na respectiva norma:

I - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

II - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

III - coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

IV - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

V - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial.

VI - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

VII - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

VIII - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.8. Fiscalização técnica:

5.8.1. O Fiscal técnico do contrato possuirá as seguintes atribuições, não obstante outras atividades adicionais descritas na respectiva norma:

I - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

II - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.



III - informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

IV - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

V - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VI - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

5.9. Fiscalização administrativa:

5.9.1. O Fiscal administrativo do contrato possuirá as atribuições em conformidade com a legislação em vigor, não obstante outras atividades adicionais descritas na respectiva norma:

I - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

II - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência

III - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.10. As funções de gestão e fiscalização do contrato poderão ser exercidas pelo mesmo servidor designado pela Administração Municipal, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal vigente, considerando a estrutura administrativa disponível e a capacidade de acompanhamento integral da execução contratual.

5.11. Não obstante a gestão e fiscalização ser exercida por um único servidor, a Direção Geral poderá, de ofício ou considerado solicitação do servidor nomeado devidamente fundamentada, indicar outro servidor para exercer a gestão e/ou fiscalização da contratação, responsável por cada Secretaria conforme portaria 013/2025 GAB.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. Recebimento do Objeto

6.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no momento de sua finalização, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



6.1.2. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo a contratada promover sua correção, substituição ou adequação imediatamente ou no prazo fixado pela fiscalização, considerando a urgência e a natureza da irregularidade constatada, sem ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2. Liquidação

6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será enviado para o Departamento de Contabilidade o qual realizará a liquidação do empenho.

6.2.2. Para fins de liquidação, o departamento ou servidor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II - a data da emissão;

III - os dados do contrato/contratação e do órgão contratante;

IV - o período respectivo de execução do contrato;

V - o valor a pagar; e

VI - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



6.2.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua irregularidade fiscal.

6.2.5. Para fins de pagamento, a contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, mediante apresentação das certidões pertinentes quando solicitado pela Administração.

6.3. Prazo de Pagamento

6.3.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que atendidas todas as condições contratuais e concluída a regular liquidação da despesa.

6.4. Forma de Pagamento

6.4.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária para crédito em conta corrente de titularidade da contratada

6.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.5. Antecipação do Pagamento

6.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento total ou parcial.

7. FORMA DE CONTRATAÇÃO E DA EXIGENCIA DE HABILITAÇÃO

7.1. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço global por lote único**.

A adoção do julgamento pelo menor preço global justifica-se em razão da natureza integrada do objeto, composto por serviços, estruturas, equipamentos, animais, equipes técnicas e demais recursos necessários à realização do rodeio profissional durante a EXPOJUR, os quais possuem elevada interdependência operacional e demandam coordenação unificada para sua adequada execução.

A contratação por lote único visa assegurar a compatibilidade técnica entre os diversos componentes da solução, evitar conflitos de responsabilidade entre múltiplos fornecedores, facilitar a fiscalização contratual e garantir maior eficiência na execução do objeto, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.



Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de menor preço global para a execução integral do objeto, observadas todas as exigências técnicas, operacionais, jurídicas, fiscais e de habilitação previstas no Edital e seus anexos.

7.2. Exigências para habilitação

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

7.2.1. Habilitação jurídica

I - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

II- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>);
- b) Regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;
- c) Regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;
- d) Cartão CNPJ
- e) Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>); e
- f) Regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

7.2.3. Qualificação técnica

- a) Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU - Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, juntamente com a certidão de quitação de débitos. Em consonância com a Resolução n.º 265, de 15 de Dezembro de 1979, do CONFEA, os licitantes sediados em outros Estados, deverão apresentar, obrigatoriamente visto junto ao CREA ou CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei n.º 5.194 de 24 de Dezembro de 1966;
- b) Certificado de Registro do estabelecimento no CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária), juntamente com a Certidão Negativa de Pessoa Jurídica junto ao CRMV, do Estado Paraná;
- c) Comprovante atualizado de registro ou certificado do licitante na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, com emissão não superior a 30 (trinta) dias;
- d) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou satisfatoriamente serviços compatíveis em características, complexidade operacional e porte com o objeto desta licitação, envolvendo a realização de rodeios profissionais, montagem



de estruturas para eventos ou atividades similares;

e) Apresentar Certificado de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR, nos termos do art. 30, da Lei Federal n.º 11.771/2008, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.381/2010 e pela Portaria MTUR n.º 130/2011, para a atividade de Organizadora de Eventos;

f) Apresentar Certificado de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR, nos termos do art. 30, da Lei Federal n.º 11.771/2008, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.381/2010 e pela Portaria MTUR n.º 130/2011, para a atividade de Prestador de Infraestrutura de Apoio para Eventos;

g) Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior com Registro junto ao CREA ou CAU/PR que será responsável técnico pela montagem da estrutura. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

h) Certidão de quitação do Conselho (CREA ou CAU);

i) No mínimo 01 “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT com Registro de Atestado” do responsável técnico indicado, de execução de no mínimo, uma montagem de estrutura com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no Termo de Referência;

j) Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho com firma reconhecida em cartório ou assinado digitalmente;

k) Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior apto em medicina veterinária para emissão de Guia de Trânsito Animal GTA. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

l) Certidão Negativa do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná;

m) Habilitação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL;

n) Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho com firma reconhecida em cartório ou assinado digitalmente;

o) Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior apto em engenharia elétrica com Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, para emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Alta Tensão que contemplará a parte elétrica do setor de rodeio. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

p) Certidão Negativa do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

q) No mínimo 01 “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do responsável técnico indicado, de execução de Responsabilidade Técnica de no mínimo, um evento com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no Termo de Referência;

r) Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho



(CTPS), ou Contrato de Trabalho com firma reconhecida em cartório ou assinado digitalmente;

s) Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, no mínimo 03 (três) profissionais aptos que farão a montagem e desmontagem das arquibancadas e demais estruturas. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

t) Certificado de Treinamento de Trabalho em Altura – Conforme NR- 35, em plena validade de cada profissional;

u) Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho com firma reconhecida em cartório ou assinado digitalmente;

v) Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, no mínimo 02 (dois) profissionais aptos que farão a montagem e desmontagem das instalações elétricas. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

v.1) Certificado de segurança e instalações e serviços em eletricidade – Conforme NR-10, em plena validade de cada profissional;

v.2) Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho entre a licitante e o profissional;

w) Apresentar PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – Conforme NR-01 em plena validade.

x) Apresentar PCMSO – Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional – Conforme NR-07 em plena validade.

y) Apresentar LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho em plena validade.

z) Apresentar Alvará de localização e/ou funcionamento, expedido pelo Município da licitante, com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

aa) Apresentar Alvará de Licença da Vigilância Sanitária expedida pelo Município sede da Licitante;

bb) Atestado de Visita Técnica fornecido pela Prefeitura Municipal de Juranda-Pr. A visita será para fim de avaliar a situação atual e obter demais informações e condições locais onde serão executados os serviços para subsidiar na elaboração da proposta para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação. A visita deverá ter agendamento prévio, durante o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Juranda-Pr, em horário de expediente normal. Não será agendada visita para a data da licitação. A visita será realizada pelo responsável técnico ou legal da empresa. O atestado de visita previsto no item anterior poderá ser substituído por Declaração formal assinada pelo responsável técnico ou legal da empresa, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto, que obteve todas as informações necessárias para o preparo da proposta, que o mesmo não alegará posteriormente, desconhecimento das condições e peculiaridades do objeto, onde a mesma assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras.

cc) Apresentar Técnico Bláster, que será responsável pelos Shows Pirotécnicos, habilitado, cuja



comprovação do mesmo se dará através da apresentação da carteira de Bláster . Devendo também ser comprovado o vínculo empregatício deste técnico mediante carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço ou cópia do contrato social caso o profissional fizer parte da sociedade, com firma reconhecida em cartório ou assinado digitalmente

dd) Certificado de Registro expedido pelo Ministério da Defesa Exército Brasileiro, para a atividade de transporte de produtos controlados – aprovados pelo Decreto nº 3.665, de 20/11/00, e a Portaria nº 09-D Log de 08/05/2004:

- I. Comércio de Pirotécnicos de uso restrito;
- II. Prestação de serviço (Próprio) Transporte de Pirotécnico;
- III. Prestação de serviço - Armazenagem de Pirotécnicos;
- IV. Utilização - Demonstração/Exposição de Pirotécnicos;
- V. Utilização - Emprego de Pirotécnico de uso permitido;
- VI. Utilização – Emprego de Pirotécnicos de uso restrito;
- VII. Utilização- Emprego de Pirotécnicos em cenografia.

ee) O certificado deverá estar em nome da empresa licitante, ou no caso de não estar, deverá a mesma comprovar seu vínculo através de Carteira de Trabalho (CLT), Contrato social (caso o profissional fizer parte da sociedade) e/ou mediante Contrato de Prestação de Serviços, com firma reconhecida em cartório ou assinado digitalmente;

ff) Apresentar Alvará de localização e/ou funcionamento, expedido pelo Município da licitante, com ramo de atividade compatível com comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos;

gg) Apresentar Alvará de Licença de Empresa na “DEAM”; da empresa responsável pelos fogos e piro musicais;

hh) Apresentar Alvará de Licença de Empresa na “DEAM”; de depósito e ou uso de produtos controlados;

ii) Apresentar Alvará de Licença de Empresa na “DEAM”; de transporte rodoviário de produtos controlados- empresa/placa;

jj) Apresentar 01 (um) Projeto Técnico de Prevenção Incêndio e a Desastres para Instalação e Ocupação Temporária (PTPID-IOT) do responsável técnico da empresa, aprovado pelo corpo de bombeiros com Visto de Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico e instalação e ocupação temporária (VPSCIP) com Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT com Registro de Atestado emitido pelo CREA ou CAU;

kk) Apresentar Laudo Técnico de Estabilidade das Estruturas de acordo com a NPT041/2015- CBPMMPR, com os devidos cálculos e acervo fotográfico das estruturas;

ll) Apresentar Laudo de prova de Carga para Palco/Arquibancadas com acervo fotográfico e relatório de medição de equipamento que comprove o teste na estrutura a ser utilizada para o evento;



- mm) Apresentar Laudo de resistência mecânica de estruturas, com os devidos cálculos;
- nn) Apresentar Laudo de Flamabilidade de lonas;
- oo) Apresentar laudo de pintura das estruturas metálicas com devido acervo fotográfico;
- pp) Cadastro Federação Paranaense da Rodeio (empresa licitante);
- qq) Apresentar comprovação de ter realizado no período de no mínimo 12 (doze) meses anterior a contratação ao menos uma Etapa da Liga Nacional de Rodeio (LNR) com vaga para Barretos;
- rr) Apresentar cadastro na Confederação Nacional de Rodeio (CNAR)

7.3. A comprovação do vínculo dos profissionais indicados poderá ocorrer mediante contrato social, registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, contrato de trabalho ou declaração de futura contratação, acompanhada da anuência do profissional, observada a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

7.8. O eventual interessado poderá atestar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

8. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

8.1. Do contratante

8.1.1. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais disposições previstas neste Termo de Referência, Edital e Contrato:

8.1.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa executar o objeto de forma adequada e dentro dos prazos estabelecidos.

8.1.3. Disponibilizar à contratada as informações, orientações e documentos necessários à execução dos serviços.

8.1.4. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

8.1.6. Notificar formalmente a contratada sobre quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção quando cabível.

8.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital ou no Contrato.

8.1.8. Aplicar as sanções administrativas cabíveis nos casos de descumprimento das obrigações contratuais, observados o contraditório e a ampla defesa.

8.1.9. Efetuar os pagamentos devidos à contratada na forma e nos prazos previstos no Contrato, após a verificação da regular execução dos serviços e apresentação dos documentos exigidos.

8.1.10. Disponibilizar à contratada o acesso às áreas destinadas à montagem, execução e desmontagem das estruturas, observadas as condições de segurança e planejamento definidas pela Administração.

8.1.11. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada e que sejam necessários à adequada execução do objeto.

8.1.12. Comunicar à contratada, com antecedência razoável, qualquer alteração relacionada à programação do evento que possa impactar a execução dos serviços.

8.1.13. Exigir o cumprimento das normas de segurança, legislação sanitária, proteção ambiental, acessibilidade, bem-estar animal e demais disposições legais aplicáveis ao objeto da contratação.

8.2. Da Contratada

8.2.1. São obrigações da contratada, além das demais previstas neste Termo de Referência, Edital e Contrato:

8.2.2. Executar integralmente o objeto contratado em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada e na legislação aplicável.

8.2.3. Fornecer todos os materiais, equipamentos, estruturas, animais, mão de obra, veículos, ferramentas, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto.

8.2.4. Realizar o transporte, montagem, operação, manutenção e desmontagem de todas as estruturas e equipamentos necessários à realização do evento.

8.2.5. Disponibilizar profissionais qualificados e habilitados para execução dos serviços, incluindo engenheiro responsável, médico veterinário, juizes de rodeio, salva-vidas, operadores de equipamentos e demais integrantes da equipe técnica.

8.2.6. Apresentar, antes do início do evento, todas as licenças, autorizações, ARTs, alvarás, seguros e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes.

8.2.7. Garantir que todos os animais utilizados nas competições estejam devidamente vacinados, identificados e acompanhados da documentação sanitária exigida, incluindo Guia de Trânsito Animal – GTA e demais exigências da ADAPAR.



8.2.8. Observar integralmente a legislação aplicável aos rodeios, especialmente as normas de bem-estar animal, segurança do trabalho, prevenção e combate a incêndio, acessibilidade e proteção ambiental.

8.2.9. Disponibilizar os serviços médicos, ambulâncias, brigadistas e equipamentos de emergência previstos neste Termo de Referência durante toda a programação do evento.

8.2.10. Fornecer seguro de vida e acidentes pessoais para os competidores e profissionais envolvidos nas atividades de arena, conforme especificações do objeto.

8.2.11. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual.

8.2.12. Responder por quaisquer danos causados à Administração, aos participantes, aos trabalhadores ou a terceiros em decorrência da execução do objeto.

8.2.13. Permitir e facilitar a fiscalização dos serviços pela Administração Municipal, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

8.2.14. Corrigir imediatamente, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas, defeitos, irregularidades ou inconformidades identificadas pela fiscalização.

8.2.15. Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

8.2.16. Responsabilizar-se pela limpeza da área utilizada, remoção de materiais e desmontagem completa das estruturas ao término do evento.

8.2.17. Cumprir rigorosamente os cronogramas, prazos e horários estabelecidos pela Administração Municipal para montagem, realização e desmontagem do evento.

8.2.18. Manter representante responsável pela coordenação dos serviços durante todo o período de execução contratual, permanecendo disponível para atendimento das solicitações da fiscalização

8.2.19. Manter durante todo o evento as condições de segurança, organização e estrutura contratada.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos conforme abaixo:

Órgão: 7 - [SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA]		
Unidade: 3 - [DEPARTAMENTO DE TURISMO]		
Tipo Ação: Atividade - Ação: 2068 - Funcional: 0023.0695.0021 - [RELIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE JURANDA - EXPOJUR]		
Elemento: 3339039000000000000 - [Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica]		
Referência Dotação	Vínculo	Descrição do Vínculo
309	0	Recursos Ordinários (Livres)

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação especificada na consulta ao departamento de contabilidade que consta como anexa ao presente instrumento.



10.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 3093/2026, observados os princípios do contraditório, da ampla defesa, da proporcionalidade e da razoabilidade.

10.2. Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa moratória, em razão do atraso injustificado na execução do objeto;

III – Multa compensatória, em razão da inexecução total ou parcial das obrigações contratuais;

IV – Impedimento de licitar e contratar com o Município de Juranda;

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A multa moratória poderá ser aplicada nos casos de atraso injustificado na execução das obrigações contratuais, observando os limites e critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 3093/2026.

10.4. A multa compensatória poderá ser aplicada em decorrência da inexecução total ou parcial do objeto contratado, da execução inadequada dos serviços, do descumprimento das obrigações contratuais ou de quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência poderá ocorrer cumulativamente com a aplicação de multa, quando cabível, observados os critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

10.6. Na aplicação das penalidades serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração;

II – Os danos causados à Administração;

III – as circunstâncias agravantes e atenuantes;

IV – A vantagem auferida pelo infrator;

V – A reincidência;

VI – Demais critérios previstos na legislação aplicável.

10.7. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à Contratada, da garantia contratual, quando houver, ou cobradas administrativamente e judicialmente, na forma da legislação vigente.

10.8. A aplicação de qualquer sanção observará o devido processo administrativo sancionador previsto no Decreto Municipal nº 3093/2026 e na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9. A aplicação das penalidades não afasta a obrigação da Contratada de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual.



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA REAJUSTADA

Proposta de preços à Prefeitura de Juranda-PR

Pregão Eletrônico nº 30/2026

Processo Administrativo nº 81/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RODEIO COUNTRY, INCLUINDO MONTARIAS EM TOUROS, CAVALOS E CARNEIROS, FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS, ANIMAIS, EQUIPE TÉCNICA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TRANSMISSÃO, PREMIAÇÕES, SERVIÇOS MÉDICOS E DEMAIS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA EXPOJUR NOS DIAS 17 A 19 DE JULHO DE 2026

Razão Social:

Nome de Fantasia (se houver):

CNPJ nº

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Lote único para os 03 dias de festa – 17 a 19 de julho de 2026					
ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO DA AÇÃO SHOW DE PEÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CONJ	01	<p>01 ARQUIBANCADA COBERTA – TIPO A (GRANDE PORTE)</p> <p>Dimensões: 45,00 metros lineares.</p> <p>Capacidade/Configuração: 09 (nove) degraus de assento + 01 (uma) passarela de circulação.</p> <p>Estrutura: Metálica tubular em aço, sistema de encaixe e acoplamento (tipo andaime soldado) com alta resistência mecânica.</p> <p>Piso/Assento: Estrutura de ferro revestida com compensado naval antiderrapante, com largura mínima de 0,70m por degrau.</p> <p>Segurança: Espaçamento de espelho (vão vertical) de no máximo 15cm; quebra-degraus com altura de 15cm.</p> <p>Cobertura: Sistema de tendas tipo "Chapéu de Bruxa", com fechamento lateral (envelopamento) e lona com tratamento antichama.</p> <p>01 ARQUIBANCADA COBERTA – TIPO B (MÉDIO PORTE)</p>		



			<p>Dimensões: 45,00 metros lineares.</p> <p>Capacidade/Configuração: 06 (seis) degraus de assento.</p> <p>Estrutura: Metálica tubular em aço, sistema de encaixe e acoplamento.</p> <p>Piso/Assento: Estrutura de ferro revestida com compensado naval antiderrapante, com largura de 0,70m por degrau.</p> <p>Segurança: Espaçamento de espelho de no máximo 15cm; quebra-degraus com 15cm de altura.</p> <p>Cobertura: Sistema de tendas tipo "Chapéu de Bruxa", com fechamento lateral (envelopamento) e lona antichama.</p> <p>01 MÓDULOS DE CAMAROTES DUPLOS (BI-LEVEL)</p> <p>Quantidade: 24 (vinte e quatro) módulos.</p> <p>Configuração: Estrutura de 03 (TRES) andares (pavimento térreo + pavimentoS superiores).</p> <p>Dimensões por Módulo: 2,20m x 3,30m.</p> <p>Estrutura: Metálica tubular em aço (andaimes soldados/acoplados).</p> <p>Piso: Assoalho em estrutura de ferro revestido com compensado naval antiderrapante em ambos os níveis.</p> <p>Cobertura e Acabamento: Cobertura individual superior tipo piramidal (Chapéu de Bruxa) em lona antichama e envelopamento total das laterais e fundo.</p> <p>Montagem e Segurança: A contratada deverá fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada por engenheiro civil ou mecânico, abrangendo o projeto, a montagem e a desmontagem de todas as estruturas.</p> <p>Prevenção de Incêndio: Todas as lonas devem possuir certificado de tratamento ignífugo (antichama) válido.</p>		
02	CONJ	01	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTESS CARACTERÍSTICAS MINIMAS: METRAGEM 25X45, COM 10 BRETES, 06 PORTEIRAS DE FRENTE, 08 CURRAIS, 01		



			MANGUEIRA DE RETORNO E UM EMBARCADOR;		
03	CONJ	01/ PARA OS 03 DIAS DO EVENTO	SOM, ILUMINAÇÃO SHOW DE ARENA, TRANSMISSÃO AO VIVO, CANHÃO SEGUIDOR - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL P.A DE SOM SISTEMA TAIGER 12 LINE NEO 210244 – 12 SUBS LS ÁUDIO, COM ESTÚDIO DE ÁUDIO CLIMATIZADO COM 4 MICROFONES SHURE ULX, MONITORES DE ÁUDIO PARA OS DJS DOS LOCUTORES E COMENTARISTA TÉCNICOS, MAIS MESA DE ÁUDIO DE 24 CANAIS OU MAIS ANALÓGICO OU DIGITAL, EQUALIZADORES, COMPRESSORES, E PROCESSADORES DE ÁUDIO DE PROFISSIONAL DE MARCAS RECONHECIDAS E CONSAGRADAS NO MERCADO; STUDIO CLIMATIZADO DE FILMAGEM E TRANSMISSÃO EM FULL HD, COM A DISPOSIÇÃO DE TECNOLOGIAS COMO OBS, VEMIX, MÚLTIPLOS REPLAY RODEIO DIGITAL CLASSIFICATÓRIO, TRANSMISSÃO AO VIVO VIA INTERNET, COM ENTREGA DO CONTEÚDO AO TÉRMINO DO RODEIO, MONITOR DE VÍDEO PARA O COMENTARISTA TÉCNICO, CÂMERAS DE BRETES, ARENA, COMENTARISTA TÉCNICO, CÂMERAS ROBÓTICAS E SEM FIO; ILUMINAÇÃO DE ARENA, COM 16 TORRES DE ALUMÍNIO Q30 DE 6M CADA DE ALTURA COM 16 MOVING BEEM 200 E 16 ATOMIC DE LED COM FITA 16 PAR LED 18 X 18 WTS, CANHÃO SEGUIDOR E MÁQUINA DE FUMAÇA;		
04	CONJ	01	(PAINÉIS DE LED 48M DE PAINÉIS COM RESOLUÇÃO P3 MONTADOS NO FORMATO DE UM CUBO COM 4 FACES MEDINDO 4x3 CADA LADO EM ALUMÍNIO Q30, PRONTO PARA SER IÇADO POR CAMINHÃO GUINCHO 50 A 70 TONELADAS) INCLUINDO A LOCAÇÃO DO CAMINHÃO QUE DEVERÁ LANÇAR A NO MINIMO 30 METROS, IÇANDO ATÉ 3 TONELADAS 1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PAINEL: • Configuração: Conjunto de painéis de LED totalizando 48m ² (conforme dimensões de face), montados em formato de Cubo com 04 (quatro) faces. • Dimensões por Face: 4,00m (largura) x 3,00m (altura). • Resolução: Tecnologia P3 (pixel pitch de 3mm) ou superior, própria para visualização externa (outdoor), com alto brilho e taxa de atualização compatível com captação de imagem. 2. ESTRUTURA E MONTAGEM: • Suporte: Estrutura box truss em alumínio Q30, com travamentos reforçados para garantir a geometria cúbica e integridade dos módulos durante a movimentação.		



			<ul style="list-style-type: none"> • Içamento: A estrutura deverá possuir pontos de ancoragem (olhais) dimensionados para suportar o peso total do conjunto (estimado em 3 toneladas) com coeficiente de segurança adequado. <p>3. SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E IÇAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamento: Locação de caminhão guindaste (tipo munck ou guindaste telescópico) com capacidade nominal de 25 a 30 toneladas. • Alcance Operacional: O equipamento deve possuir lança com alcance (raio de operação) de no mínimo 30 metros. • Capacidade de Carga em Ponta: O guindaste deve, obrigatoriamente, sustentar a carga de 3 toneladas na distância máxima de lançamento prevista no projeto. <p>4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de toda a fiação, cabos de sinal e processadores de vídeo. • Disponibilização de operador qualificado para o caminhão guindaste. • Apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de montagem e içamento. • Seguro de responsabilidade civil para a operação, considerando o risco de içamento em área pública/eventos. 		
05	CONJ	01	BOIADA PARA 15 MONTARIAS EM TOUROS DEVIDAMENTE VACINADOS E LIBERADOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES; PREMIAÇÃO NO MÍNIMO DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) PARA OS CINCO PRIMEIROS COLOCADOS NA MONTARIA EM TOUROS; SENDO 1º PRÊMIO 6.000,00 SEGUNDO 5.000,00 TERCEIRO 4.000,00 E QUARTO 3.000,00 E QUINTO 2.000,00		
06	CONJ	01	CAVALOS PARA 15 MONTARIAS EM COM - CAVALOS PARA MONTARIAS DEVIDAMENTE VACINADOS E LIBERADOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES; PREMIAÇÃO NO MÍNIMO DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS) PARA OS CINCO PRIMEIROS COLOCADOS NA MONTARIA EM TOUROS; SENDO 1º PRÊMIO 5.000,00 SEGUNDO 4.000,00 TERCEIRO 3.000,00 E QUARTO 2.000,00 E QUINTO 1.000,00		
07	CONJ	01	CARNEIROS COM 10 MONTARIAS - CARNEIROS PARA MONTARIAS DEVIDAMENTE VACINADOS E LIBERADOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES; PREMIAÇÃO DE MEDALHAS PARA TODOS OS PARTICIPANTES NA MONTARIA EM CARNEIROS;		
08	CONJ	01	EQUIPE		



			<ul style="list-style-type: none"> • 02 JUIZES DE RODEIO PROFISSIONAL (JUIZ DE BRETE E JUIZ DE ARENA) • 03 PORTEREIROS COM EXPERIÊNCIA PARA SOLTA DOS ANIMAIS DOS BRETES; • 01 PALHAÇO ANIMADOR; • 02 SALVA VIDAS PROFISSIONAIS DE RODEIO COM EXPERIÊNCIA EM RODEIO DE GRANDE PORTE; • 01 VETERINÁRIO RESPONSÁVEL PELOS ANIMAIS E A LIBERAÇÃO DO EVENTO; • 01 ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELAS ARTS E PROJETOS DAS ESTRUTURAS; INCLUIDO TODAS AS TAXAS EXISTENTES REFERENTE A ADAPAR , IMPOSTO FEDERAL, OS SEGURO PEÃO E SEGURO TRABALHISTA. • 01 RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS IN LOCO, NA QUAL IRÁ ESTAR EM CONTATO COM A COMISSÃO ORGANIZADORA TODOS OS MOMENTOS QUE SE FIZER NECESSARIA 		
09	CONJ	01	CENÁRIO COMPLETO DE ABERTURA EM TODAS AS NOITES DO RODEIO COMPOSTO POR:, GLOBO OU PIRÂMIDE COM ESTÁTUAS DE IMAGENS DE SANTOS RAMPA, PÓDIO, MAQUINA DE FOGO, ETC...		
10	CONJ	01	03 SHOW PIRO MUSICAL PARA OS TRÊS DIAS DO EVENTO; OBS: CARTEIRA DE BLASTER E AUTORIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS, SHOW PIROTÉCNICO DE FOGOS 03 CIRCUITOS DE ARENA PARA ENTRADA LOCUTOR; 03 CASCATAS DE 20 METROS; 03LEQUES 7 TUBOS DE 1.5 POLEGADAS; 03 LEQUES 5 TUBOS DE 1.2 POLEGADAS; 03 TORTAS 25 TUBOS 3/4 CORES DIVERSAS;		
11	CONJ	01	<ul style="list-style-type: none"> • SEGURO DE VIDA E DE ACIDENTES PARA OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM COBERTURA DE MORTE ACIDENTAL R\$ 150.000,00 E DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES DE R\$ 10.000,00 POR PESSOA; • TAXAS TRABALHISTAS DA EQUIPE E PEÃO E DEMAIS IMPOSTOS QUE SE FIZER NECESSARIOS (FEDERAL E ADAPAR) • 02 FIVELAS PERSONALIZADAS (EXPOJUR)PARA OS CAMPEÕES • 30 CAMISAS PERSONALIZADAS (EXPOJUR) PARA OS COMPETIDORES; LOCAL ADEQUADO E PASTAGEM OU RAÇÃO PARA OS ANIMAIS (TOUROS) DURANTE O EVENTO; DESPESAS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS ESTRUTURAS, IMPOSTOS, LEIS SOCIAIS, TRABALHISTAS E TRANSPORTE; 		



			HOTEL E ALIMENTAÇÃO PARA EQUIPE CONTRATADA;		
12	CONJ	01	<ul style="list-style-type: none">• AMBULÂNCIA, SENDO 01 UTI AVANÇADA CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS PARA URGENCIA E EMERGENCIA COM OS SEGUINTE PROFISSIONAIS: MEDICO, ENFERMEIRA, MOTORISTA SOCORRISTA MOVEL E 01 AMBULANCIA BASICA(COM SEGUINTE PROFISSIONAIS: ENFERMEIRA E MOTORISTA SOCORRISTA - BRIGADISTAS, , BLOCO ILUMINAÇÃO, LUZ EMERGÊNCIA, EXTINTORES, PLACAS SINALIZAÇÃO.		

Cumpre-nos informar-lhes que examinamos as exigências relativas ao presente Procedimento de Licitação em comento, inteirando-nos das mesmas para elaboração da presente proposta. Ainda ressaltamos:

- a) Que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
- b) Que inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação neste procedimento e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- d) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- e) Que não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
- *Assinalar se a empresa estiver classificada nesta condição.**

E em consonância com tais afirmações, declaramos que:

- A validade da proposta é de 60 (noventa) dias, no mínimo.
- No preço proposto já estão incluídos todos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

Local e data _____

Assinatura

Nome, cargo e dados do representante comercial



ANEXO III – MODELO DA MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº: 81/2026

Licitação nº 30/2026

Contrato nº ____/2026

I – DAS PARTES:

Ao ____ dia do mês de ____ de ____, na sede do Poder Executivo Municipal, a **QUALIFICAÇÃO COMPLETA DA ENTIDADE**, representada neste ato pelo Cargo do gestor(a), Sr. **QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO GESTOR(A)** e, do outro lado, a proponente _____ inscrita no CNPJ sob n. _____ com sede na Rua _____, n. ____, Bairro _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo representante legal **NOME**, brasileiro, estado civil, portador da cédula de identidade n. _____, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. _____, residente e domiciliado no endereço _____, na cidade de cidade – UF, todos representados conforme documento de identificação inserido nos autos, resolvem formalizar o presente contrato, conforme decisão exarada no processo administrativo supracitado devidamente **RATIFICADA e HOMOLOGADA**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

II – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Este Contrato Administrativo decorre do contido no processo administrativo nº 81/2026, Pregão eletrônico com fulcro no **art. 6 da Lei Federal nº 14.133/2021**, contrato nº ____/2026 e será regido pelas disposições constantes no Edital e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 bem como suas alterações posteriores e, no que couber, demais legislações complementares aplicáveis e em conformidade com as cláusulas e demais condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para prestação de serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RODEIO COUNTRY, INCLUINDO MONTARIAS EM TOUROS, CAVALOS E CARNEIROS, FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS, ANIMAIS, EQUIPE TÉCNICA, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TRANSMISSÃO, PREMIAÇÕES, SERVIÇOS MÉDICOS E DEMAIS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA EXPOJUR NOS DIAS 17 A 19 DE JULHO DE 2026**, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no Edital em epígrafe e seus anexos, com o objetivo de contratar o produto adiante arrolado no presente termo contratual.

1.1. A descrição detalhada dos itens consta na cláusula sexta do contrato, com os respectivos valores a serem firmados.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar que embasaram a contratação, caso existentes;
- b) O Edital de Licitação;
- c) A Proposta do Contratado e seus complementos;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis)**, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados da celebração do contrato administrativo.



2.2. A adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação enviada pela contratante, na forma definida por esta Administração em conformidade com o disciplinado no procedimento administrativo.

2.3. O prazo concedido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DO CONTRATO

3.1. O contrato será utilizado pelas Secretaria de Turismo e Cultura do município de Juranda-Pr.

3.2. Caberá à gestão e fiscalização do contrato, no limite de suas responsabilidades, a assinatura deste instrumento, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste contrato, o responsável de cada secretaria.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por agentes da Administração especialmente designados para este fim, pelos respectivos substitutos, nos termos dos tópicos abaixo:

4.7. Gestão do contrato:

4.7.1. O gestor do contrato possuirá as seguintes atribuições, não obstante outras atividades adicionais descritas na respectiva norma:

I - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

II - acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

III - coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

IV - elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



V - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial.

VI - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

VII - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais

VIII - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.8. Fiscalização técnica:

4.8.1. O Fiscal técnico do contrato possuirá as atribuições de acordo com a legislação vigente, não obstante outras atividades adicionais descritas na respectiva norma:

I - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

II - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.

III - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

IV - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

V - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VI - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

4.9. Fiscalização administrativa:

4.9.1. O Fiscal administrativo do contrato possuirá as atribuições de acordo com as legislações vigentes, não obstante outras atividades adicionais descritas na respectiva norma:

I - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

II - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência

III - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

4.10. As funções de gestão e fiscalização do contrato serão aglutinadas e exercidas de acordo com a Portaria 013/2025GAB.



5. CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL

- 5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 5.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 5.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 5.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 5.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#), em virtude da complexidade do objeto não exigir tal dispositivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO CONTRATADO E SEU REAJUSTE

- 6.1. Considerando todo o teor do procedimento de contratação em comento, o valor a ser pago pelos itens a serem adquiridos será o seguinte:

Planilha 01

- 6.2. No valor de desconto acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, desde que atendidas todas as condições contratuais e concluída a regular liquidação da despesa.
- 7.2. Os serviços deverão ser executados no Centro de Eventos Municipal de Juranda-PR, nos dias 17 a 19 de julho de 2026 durante a festa EXPOJUR 2026.
- 7.3. A contratada deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 48 horas antes do evento, que iniciará no dia 17 de julho de 2026.
- 7.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 7.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 7.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- 7.7. O contratante, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela licitante vencedora, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.



8. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

8.1. Do contratante

8.1.1. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais disposições previstas neste Termo de Referência, Edital e Contrato:

8.1.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa executar o objeto de forma adequada e dentro dos prazos estabelecidos.

8.1.3. Disponibilizar à contratada as informações, orientações e documentos necessários à execução dos serviços.

8.1.4. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

8.1.6. Notificar formalmente a contratada sobre quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção quando cabível.

8.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital ou no Contrato.

8.1.8. Aplicar as sanções administrativas cabíveis nos casos de descumprimento das obrigações contratuais, observados o contraditório e a ampla defesa.

8.1.9. Efetuar os pagamentos devidos à contratada na forma e nos prazos previstos no Contrato, após a verificação da regular execução dos serviços e apresentação dos documentos exigidos.

8.1.10. Disponibilizar à contratada o acesso às áreas destinadas à montagem, execução e desmontagem das estruturas, observadas as condições de segurança e planejamento definidas pela Administração.

8.1.11. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada e que sejam necessários à adequada execução do objeto.

8.1.12. Comunicar à contratada, com antecedência razoável, qualquer alteração relacionada à programação do evento que possa impactar a execução dos serviços.

8.1.13. Exigir o cumprimento das normas de segurança, legislação sanitária, proteção ambiental, acessibilidade, bem-estar animal e demais disposições legais aplicáveis ao objeto da contratação.

8.2. Da Contratada

8.2.1. São obrigações da contratada, além das demais previstas neste Termo de Referência, Edital e Contrato:

8.2.2. Executar integralmente o objeto contratado em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada e na legislação aplicável.



- 8.2.3.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, estruturas, animais, mão de obra, veículos, ferramentas, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto.
- 8.2.4.** Realizar o transporte, montagem, operação, manutenção e desmontagem de todas as estruturas e equipamentos necessários à realização do evento.
- 8.2.5.** Disponibilizar profissionais qualificados e habilitados para execução dos serviços, incluindo engenheiro responsável, médico veterinário, juizes de rodeio, salva-vidas, operadores de equipamentos e demais integrantes da equipe técnica.
- 8.2.6.** Apresentar, antes do início do evento, todas as licenças, autorizações, ARTs, alvarás, seguros e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes.
- 8.2.7.** Garantir que todos os animais utilizados nas competições estejam devidamente vacinados, identificados e acompanhados da documentação sanitária exigida, incluindo Guia de Trânsito Animal – GTA e demais exigências da ADAPAR.
- 8.2.8.** Observar integralmente a legislação aplicável aos rodeios, especialmente as normas de bem-estar animal, segurança do trabalho, prevenção e combate a incêndio, acessibilidade e proteção ambiental.
- 8.2.9.** Disponibilizar os serviços médicos, ambulâncias, brigadistas e equipamentos de emergência previstos neste Termo de Referência durante toda a programação do evento.
- 8.2.10.** Fornecer seguro de vida e acidentes pessoais para os competidores e profissionais envolvidos nas atividades de arena, conforme especificações do objeto.
- 8.2.11.** Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual.
- 8.2.12.** Responder por quaisquer danos causados à Administração, aos participantes, aos trabalhadores ou a terceiros em decorrência da execução do objeto.
- 8.2.13.** Permitir e facilitar a fiscalização dos serviços pela Administração Municipal, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.
- 8.2.14.** Corrigir imediatamente, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas, defeitos, irregularidades ou inconformidades identificadas pela fiscalização.
- 8.2.15.** Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
- 8.2.16.** Responsabilizar-se pela limpeza da área utilizada, remoção de materiais e desmontagem completa das estruturas ao término do evento.
- 8.2.17.** Cumprir rigorosamente os cronogramas, prazos e horários estabelecidos pela Administração Municipal para montagem, realização e desmontagem do evento.
- 8.2.18.** Manter representante responsável pela coordenação dos serviços durante todo o período de execução contratual, permanecendo disponível para atendimento das solicitações da fiscalização
- 8.2.19.** Manter durante todo o evento as condições de segurança, organização e estrutura contratada.



9. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a [Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de **05 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados nos termos do art. 37 da LGPD, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Constituem infrações administrativas passíveis de aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 3093/2026, dentre outras:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V – descumprir as obrigações previstas no contrato, no Termo de Referência ou na proposta apresentada;



- VI - deixar de manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a execução contratual;
- VII - não corrigir falhas, irregularidades ou inconformidades apontadas pela fiscalização;
- VIII - descumprir normas de segurança, exigências sanitárias, ambientais ou de bem-estar animal aplicáveis à execução do objeto;
- IX - causar prejuízos à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual;
- X - praticar ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846/2013.

10.2. Pela prática das infrações administrativas poderão ser aplicadas as seguintes sanções, observados o contraditório e a ampla defesa:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades observará os critérios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 3093/2026, considerando a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes e atenuantes, a reincidência e os demais elementos pertinentes ao caso concreto.

10.4. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à contratada, cobradas administrativamente ou judicialmente, observada a legislação vigente.

10.5. O atraso injustificado na montagem das estruturas, na disponibilização das ambulâncias, dos animais, da equipe técnica ou de qualquer elemento indispensável à realização do evento poderá caracterizar inexecução contratual, sujeitando a contratada às penalidades cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



12.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O contrato ainda poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função ~~na licitação~~ no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto Federal n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

12.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei Federal n.º 14.133/2021](#)).

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da contratação da presente dispensa de licitação, correrão a cargo do Usuário do contrato, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações, descritas igualmente e seguir:

13.2. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:



Órgão: 7 - [SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA]		
Unidade: 3 - [DEPARTAMENTO DE TURISMO]		
Tipo Ação: Atividade - Ação: 2068 - Funcional: 0023.0695.0021 - [RELIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE JURANDA - EXPOJUR]		
Elemento: 3339039000000000000 - [Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica]		
Referência Dotação	Vínculo	Descrição do Vínculo
309	0	Recursos Ordinários (Livres)

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

14.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

14.2. Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

I. **"prática corrupta"**: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

II. **"prática fraudulenta"**: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

III. **"prática colusiva"**: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

IV. **"prática coercitiva"**: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

V. **"prática obstrutiva"**: significa:

V.I - Deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

V.II - Atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

a) Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

b) Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

c) Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor



ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

d) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatã-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Cidade, de de .

Nome da autoridade
Cargo

Nome
Empresa contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

RG: _____

Nome: _____

RG: _____



ANEXO IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA
Pregão Eletrônico 30/2026

A empresa _____ concorda com as declarações arroladas neste item:

1. Está ciente, concorda e atende a todas as condições do Termo de Referência/Projeto Básico, Edital se houver, e seus anexos;
2. Não há nada que impeça, juridicamente, sua habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estará obrigado a informar ao Município de Juranda;
3. No quadro societário não tem nenhum integrante que seja ligado ao Prefeito, vice-prefeito, secretários, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e está ciente de que não poderá contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta caso venha ter a referida ligação;
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
5. A proposta foi elaborada de forma independente;
6. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas;
7. Não há, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
8. Que sua empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz;
9. Cumprimento de cota de aprendizes, nos termos do art. 95, XVII, da L. 14.133/2021, e, caso o objeto da contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvam mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os aprendizes a serem contratados será priorizado adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, cuja comprovação é de responsabilidade da empresa por meio da apresentação de declaração da Assistência Social (do Município em que ocorrerá a execução do contrato de trabalho e aprendizagem), nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§1.º e 2.º, do Dec. Presidencial 9579/2018, com redação conferida pelo Decreto n.º 11.479/2023;
10. Tem ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis;
11. Compromete-se a realizar, bem como manter ativo e atualizado o respectivo cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico Municipal



12. Declara que será promovida a assinatura do respectivo instrumento (Contrato) através do Sistema Eletrônico Municipal, no prazo de até 05 dias úteis após a convocação realizada pelo Município de Juranda;

13. Por fim, para habilitação jurídica, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, que estão sendo apresentados os seguintes documentos:

- Contrato social ou instrumento equivalente;
- Regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;
- Regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;
- Regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;
- Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

Local, data.

Atenciosamente,

(razão social, nome e assinatura do responsável legal)

Carimbo do CNPJ